

# EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PERSPECTIVA PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS SURDAS

**Leonardo Oliveira da Silva** • Biólogo; Especialista em Educação e Sustentabilidade Ambiental; Especialista em Gestão Ambiental; Mestrando do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA / UFRN. E-mail: le.biology@gmail.com

**Rosângela Lopes Dias** • Msc. em Bioecologia Aquática. Professora da Universidade Potiguar – UnP. E-mail: rosangelad@unp.br

Envio em: janeiro de 2012.

Aceite em: fevereiro de 2012.

**Resumo:** Na perspectiva inclusivista, propomos a capacitação da pessoa surda para que a mesma possa atuar, de forma mais abrangente, em busca da melhoria das condições ambientais do nosso planeta, pois, uma vez capacitada, poderá, juntamente com os indivíduos ditos “normais”, galgar uma melhora nessas condições. Parece-nos que o processo de educação, voltado para um relacionamento diferenciado com o meio ambiente, requer a apropriação da realidade por meio da ação-reflexão. A metodologia utilizada consistiu, acima de qualquer coisa, em utilizar o meio ambiente como recurso didático para o desenvolvimento de práticas educacionais, mostrando a necessidade de conservação e preservação do meio ambiente, a fim de que a pessoa surda seja multiplicadora dessa ideia, sem se valer de suas limitações. Sendo assim, podemos inverter o processo de exclusão social e de degradação das bases vitais do planeta com novos padrões culturais, cujos valores propiciem: repensarmos na natureza e nos realizarmos em sociedade. E, dessa forma, fazer com que a pessoa surda saiba adequar suas práticas cotidianas a esses novos valores. Quando não coisificamos a realidade e agimos, conscientemente, no próprio movimento contraditório, que é a história em permanente transformação, ampliamos nossa condição de educadores e educandos, oportunizando, assim, o amadurecimento da pessoa surda enquanto cidadão atuante na sociedade, com relação à questão ambiental do nosso planeta.

**Palavras-chave:** Inclusão social. Educação Ambiental. Cidadania. Pessoa Surda.

## ENVIRONMENTAL EDUCATION AS A PERSPECTIVE FOR INCLUSION OF THE DEAF

**Abstract:** In view inclusivism propose to the empowerment of the deaf person so that it can act on a broader basis in search of better environmental conditions of our planet. Thus these individuals are trained and able to insert themselves into society and with the individuals themselves “normal” will act beyond an improvement in these conditions. It seems that the process of education, toward a different relationship with the environment requires an appropriation of reality through action-reflection. The methodology used was higher than anything in using the environment as a teaching resource to develop educational practices and show

the need for conservation and preservation of the environment that they are doing this multiplier idea of not assert its limitations. So we can reverse the process of social exclusion and degradation of the planet's vital bases with new cultural patterns whose values provide: rethink in nature and hold in society. And this way he knows how to adjust their daily practices to those new values. It is said that the maturity of these people as citizens working on this issue in society and also broadens our condition for educators and students thing if not the reality and act consciously in their own movement that is contradictory to history, in permanent transformation.

**Keywords:** Social inclusion. Environmental Education. Citizenship. Deaf People.

## 1. INTRODUÇÃO

Na perspectiva da inclusão social, propomos a capacitação da pessoa surda para que a mesma possa atuar de forma mais abrangente na busca da melhora das condições ambientais do nosso planeta, levando-a, dessa forma, a inserir-se na sociedade e, juntamente com os indivíduos ditos “normais”, agir pela melhora dessas condições.

Ao se trabalhar com Educação Ambiental, podemos observar a necessidade de embasamento teórico, na perspectiva dos vários grupos de nossa sociedade, para que se possa agir no âmbito da sustentabilidade dessa sociedade, ou seja, para que se possa desenvolver a prática da Educação Ambiental e atuar como agente multiplicador da ideia de que é necessário proteger, preservar e conservar o meio ambiente. Com isso, fez-se necessário um aprimoramento, tanto de nossa parte como, também, do grupo que foi trabalhado, para que, assim, pudéssemos desenvolver um trabalho adequado junto à sociedade e adaptado ao grupo, tendo em vista que este era composto por pessoas com deficiência auditiva. Isso devido à própria natureza da questão sócio ambiental, que requer uma busca constante de conhecimento, pela necessidade de se ter mais informações.

Dessa forma, a questão ambiental não deve se restringir, apenas, a assuntos sobre a natureza, pois está, intrinsecamente, ligada a outros, como saúde, cultura, decisões sobre políticas de energia, de transporte, de educação e de desenvolvimento. Essa questão, portanto, deve ser trabalhada em sua complexidade, tendo em mente que esses assuntos não estão relacionados somente ao Estado, mas é de responsabilidade do educador, principalmente, o educador ambiental.

A Educação Ambiental deve ser enfática e colocar o homem como o centro de todas as discussões, tendo em vista que grande parte da degradação ambiental é ocasionada por ele. “Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”. (CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL DE TBILISI, 1977).

### 1.1. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA IMPORTÂNCIA

Para se trabalhar as questões ambientais, o que pretendemos é criar uma visão holística da realidade, que tem uma evolução social e cultural denominada como interdiscipli-

nar, por englobar problemas ambientais de áreas específicas. As causas ambientais devem ser focalizadas localmente e, em seguida, globalmente. O homem, mais que outro qualquer animal, vem causando danos ambientais e deve fazer a correção e prevenção dos mesmos. Para tanto, Dias salienta:

Um dos principais objetivos da educação ambiental consiste em permitir que o ser humano compreenda a natureza complexa do meio ambiente, resultante das interações dos seus aspectos biológicos, físicos, sociais e culturais. Ela deveria facilitar os meios de interpretação da interdependência desses diversos elementos, no espaço e no tempo, a fim de promover uma utilização mais reflexiva e prudente dos recursos naturais para satisfazer as necessidades da humanidade (DIAS, 2004, p.210).

A maneira como as pessoas se comportam no ambiente natural e artificial é indício de compreensão e valores. Por não desenvolverem a consciência ambiental, as pessoas agem de forma descontrolada, desperdiçando e comprometendo, assim, os recursos naturais. Dessa forma, este trabalho busca sensibilizar os cidadãos sobre essa problemática ecológica, a fim de formar sujeitos ecológicos.

A carta de Belgrado declara que a meta da Educação Ambiental é:

Desenvolver o cidadão consciente do ambiente total, preocupado com os problemas associados a esse ambiente que tenha o conhecimento, as atitudes, motivações, envolvimento e habilidades para trabalhar individual e coletivamente em busca de soluções para resolver os problemas atuais e prevenir os futuros (IBAMA – Caderno de Educação Ambiental).

O Artigo 2º da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) afirma que “a educação, é dever da família e do Estado, inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A Lei 6.938/1981 relata “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia a vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”.

## **1.2. O EDUCADOR COMO MULTIPLICADOR DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL**

O educador tem papel primordial e de destaque para criar, nas pessoas, uma consciência e atitudes ambientais corretas, em especial nas crianças, que serão os futuros responsáveis pela sustentabilidade do ambiente. De acordo com a declaração programática Educação 21, do Reino Unido, o conceito de educador abrange.

(...) professores, conferencistas, organizadores de programas de estudos, administradores, agentes administrativos, instrutores industriais, agentes de defesa florestal, funcionários de saúde ambiental, e planejadores, especialistas em educação comunitários, dirigentes juvenis, membros de associação de pais, representação de meios de educação, representação de todos os níveis da escolaridade, e muito mais.

Dessa forma, estende-se a apreciação de educação, isto é, compreende-se que ela não se dá somente por intermédio do ensino formal e tradicional, mas, também, em ambientes não escolares, ela se dá na sociedade em geral. Enfim, a educação não está restrita à escola ou a instituições científicas, mas estará presente em qualquer meio em que se transmita e compartilhe conhecimentos.

Podemos acrescentar que cabe ao educador informar e educar a outros sobre as exigências para o futuro sustentável. Para tanto, Loureiro (2003) salienta.

Uma prática social cujo fim é o aprimoramento humano naquilo que pode ser aprendido e recriado a partir dos diferentes saberes existentes em uma cultura, de acordo com as necessidades e exigências de uma sociedade. Atua, portanto, sobre a vida humana em dois sentidos: (1) desenvolvimento da produção social, inclusive dos meios instrumentais e tecnológicos de atuação no ambiente; (2) construção e reprodução dos valores culturais (LOUREIRO et al., 2003, p.12).

### **1.3. INCLUSÃO SOCIAL X EDUCAÇÃO AMBIENTAL: AGENTES MULTIPLICADORES ESPECIAIS**

A formação de agentes multiplicadores das questões de cunho ambiental é algo que se faz necessário para preservar o meio ambiente, ou, então, o planeta será levado a um verdadeiro colapso. Essa formação não pode se restringir apenas à parcela dita “normal” de nossa sociedade. Precisamos viabilizar uma condição mais justa para que a pessoa com necessidade especial possa participar, conjuntamente, tendo, assim, assegurado o seu direito à educação. Isso é fazer educação ambiental. Sasaki (1997, p. 42) ressalta que esse modelo educacional é “um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas”. Ainda segundo Sato, *apud* Ruscheinsky:

Defende-se, portanto, a ideia de que meio ambiente e sociedade estão intimamente interligados, e que a busca de uma sociedade ambientalmente equilibrada só se dá simultaneamente com a busca de uma sociedade justa, igualitária e democrática. Nisso reside à discussão sobre sustentabilidade, em sua essência (2002, p.50).

Se isso não ocorrer, continuaremos dando margens para a continuação de uma sociedade excludente, que não enxerga os seus deficientes físicos. Guacira (2008, p.?) diz que devemos “promover a inclusão educacional e social de todos aqueles indivíduos que foram histórica, cultural e socialmente espoliados de seus direitos em aprender, conviver e produzir, por não corresponderem aos padrões de normalidade exigidos pela sociedade”.

Por isso, a utilização de práticas em educação ambiental vai ser uma práxis educativa e social, que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes, que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação

lúcida e responsável de atores sociais, individuais e coletivos, no ambiente, sejam ou não com necessidades especiais.

Na perspectiva da inclusão social a Educação Ambiental vai atuar com esta finalidade de contribuir para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza (LOUREIRO, 2002, p.69).

A educação, e em especial a ambiental, não tem que ser o único meio para se atingir a transformação no pensamento e nas relações sociais vigentes, mas não deve ser jogada para segundo plano sem o devido reconhecimento. A sua função ultrapassa as barreiras dos currículos escolares disciplinados em conteúdos, muitas vezes sem ligação; deve transpor a distância social, adequando-se à realidade local, às necessidades e diferenças. Não é um trabalho fácil, por isso requer empenho, disciplina, dedicação, envolvimento e muita paciência. É assim que a educação caminha: lenta, mas contínua.

A educação ambiental não vai dar contribuições concretas, como dar vacinas ou construir redes de esgotos (GRYNSZPAN, 1999), “a sua missão é outra, atuar no subjetivo, no imaginário e no lúdico para refletir em ações na realidade da sociedade”. Na visão de Grynszpan (1999, p.137):

Ela é fundamental para o enfrentamento das questões da vida através da formação de sujeitos críticos. Etimologicamente significa propiciar o florescimento de algo que já está dentro da pessoa e não encher de conhecimentos um recipiente vazio. Por isso é dada ênfase às representações e a estratégia.

E, em se falando da estratégia, a educação ambiental tem de ser comungada nos ambientes escolares das cidades, pois, lá, estão os agentes que atuam e vão atuar no espaço geográfico. O desenvolvimento de projetos locais, a princípio, pode ser uma alternativa para iniciar a busca de soluções para os problemas intrínsecos e, às vezes, distintos dos bairros de uma cidade. Setorizar e identificar os problemas podem ser caminhos a ser percorridos. Nesse sentido, Carvalho diz que:

Uma formação prática onde não se destaca um autor ou teoria; “soma de experiências”; “um mosaico de coisas” que acumularam ao longo da vida. Neste tipo de formação pela ação, convergem saberes e sensibilidades ambientais diversificados, condensando profissão, valores pessoais e militância (2001, p. 313).

A comunidade, junto com a escola, deve constituir conselhos formados por integrantes da própria comunidade, escola (alunos e professores), empresários locais (se houver), líderes de bairros, representantes do poder público, ou seja, todos aqueles envolvidos, de alguma maneira, com o bairro, para, assim, estabelecer ações que contribuam para a solução dos problemas locais. A educação ambiental não envolve, somente, ações designadas à natureza, mas, sim, práticas que viabilizem uma melhor qualidade de vida para a sociedade envolvida, no entanto, faz-se necessário o envolvimento de pessoas com um objetivo único, que é a qualidade de vida.

## 1.4. INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA SURDA

A educação inclusiva é, portanto, uma prática inovadora, que conta com a participação de profissionais, comunidade, pais e alunos, aprendendo, juntos, a compreender e a lidar com a enorme diversidade no dia-a-dia da escola e com as especificidades de cada indivíduo, quebrando as correntes dos preconceitos existentes no contexto escolar e na sociedade brasileira.

A respeito do objetivo da escola inclusiva, Rezende e Souza (2004, p.37) afirmam que:

O objetivo da educação inclusiva é o de atender todo e qualquer ser humano – independente de seu talento, deficiência, inserção social de classe e de sua cultura – em escolas e salas de aula provedoras, aonde todas as necessidades do aluno sejam satisfeitas.

O Ensino inclusivo exige que os educadores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas, reformulando-as e fazendo-as prosseguir, passo a passo, com a modernidade, porquanto enfatiza a qualidade de ensino para todos.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada se constitui em utilizar o meio ambiente como recurso didático para desenvolver práticas educacionais e mostrar a necessidade de conservação e preservação do meio ambiente no qual estamos inseridos.

### • CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO ALVO

A pesquisa foi realizada com um grupo de quatorze alunos com deficiência auditiva, do tipo médio e severo, matriculado no quinto ano do ensino fundamental na Escola Tatear do Centro SUVAG (Sistema Universal Verbotonal de Audição Guberina), localizada no município de Natal, no estado do Rio Grande do Norte.

### • APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

De início, aplicamos um questionário com os sujeitos da pesquisa, a fim de ter um diagnóstico inicial sobre o conhecimento deles em relação ao meio ambiente. Esse questionário constava de dez questões fechadas para facilitar a compreensão dos alunos, tendo em vista estarem na série inicial do ensino fundamental. Vale salientar que o processo avaliativo não se limitou, apenas, à aplicação de um questionário, pois foram realizadas avaliações após o fim de cada atividade.

### • DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

No desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas cinco atividades, as quais tiveram o intuito de desenvolver a capacidade de análise crítica de suas ações em relação ao ambiente em que estão inseridos, possibilitando fazer a interpretação dos roteiros definidos, a fim de despertar o sujeito ecológico, como diz Carvalho (2004). A partir do reconhecimento de suas atividades impactantes no ambiente, esses sujeitos poderão ter a capacidade de avaliar suas ações.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A principal função deste trabalho é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida e com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global.

Para isso, é necessário que, mais do que proporcionar informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos. E esse é um grande desafio para a Educação Ambiental. Comportamentos “ambientalmente corretos” serão aprendidos na prática do dia-a-dia da elaboração da pesquisa.

Baseando-nos nesse contexto, desenvolvemos algumas atividades com o intuito de fazer os alunos interagirem com o meio ambiente e, assim, desenvolverem ações críticas, de modo a modificar suas atitudes e se tornarem cidadãos comprometidos com as questões ambientais.

### **• VISITA AO PARQUE DAS DUNAS**

O Parque das Dunas constitui uma unidade do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA), órgão vinculado à Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Norte (SEPLAN). O Parque Estadual Dunas de Natal “Jornalista Luiz Maria Alves” foi criado através do Decreto Estadual nº. 7.237 de 22/11/1977, sendo a primeira Unidade de Conservação Ambiental implantada no Estado. Possui 1.172 hectares de mata nativa, sendo parte integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Brasileira e exerce uma grande importância para a qualidade de vida da população da cidade de Natal.

No Parque, tivemos o desenvolvimento de uma atividade com duração de três horas. Estipulamos esse tempo, devido à demanda do grupo atendido. A atividade se desenvolveu da seguinte forma: uma pequena explanação sobre o lugar, abordando temas relacionados à história do Parque e sua importância como unidade de conservação, além de abordar aspectos como a biodiversidade encontrada no local.

Em todos os casos, foram cumpridos os roteiros interpretativos, discutindo-se, aproximadamente, os mesmos conceitos ecológicos, com linguagem e profundidade adequada ao perfil do grupo, e a avaliação da atividade deu-se através da observação das atitudes destes no local.

Após a atividade, e tendo sido feitas as observações necessárias das ações, bem como das atitudes dos sujeitos da pesquisa, e com os dados obtidos, todos foram sistematizados e analisados, permitindo inferências sobre o perfil do grupo atendido.

### **• CAMINHADA ECOLÓGICA URBANA**

O objetivo desta atividade foi aprimorar a percepção daquilo que está causando poluição e modificando o ambiente, ou seja, perceber a degradação causada pelo

homem, permitindo que os sujeitos da pesquisa pudessem perceber os problemas decorrentes da ação antrópica.

Nessa atividade, foram feitas observações e comparações de um ambiente bonito e bem cuidado, no caso, um jardim, com um ambiente degradado e sofrido, decorrente da ação do homem, por exemplo, sem flores, sem gramado, com bancos e construções (casas, prédios, escolas etc.) destruídos por atos de vandalismo, a fim de desenvolver o conceito de conservação/preservação, pois somos responsáveis por tudo que nos cerca.

No retorno à sala de aula, os alunos fizeram uma descrição, por meio de desenhos, do que observaram, ou seja, do que mais lhes chamou a atenção, para que, dessa forma, fosse feita uma análise crítica e, assim, foi possível observar aquilo que, para eles, foi mais marcante no desenvolvimento da atividade.

- **COLETA SELETIVA**

Desenvolvemos a implantação da coleta seletiva nas dependências do SUVAG, Visamos, com isso, oportunizar, aos sujeitos da pesquisa, a observação de como pode ser feita a diminuição e o controle dos resíduos sólidos produzidos no cotidiano do Centro. No desenvolvimento dessa atividade, foi ministrada uma palestra, para que eles tomassem conhecimento da diversidade de resíduos presentes na coleta seletiva, bem como as cores que representam cada material e, ainda, a durabilidade desses materiais no meio ambiente. Também foi discutida a necessidade e a importância da redução da produção de resíduos para o meio ambiente.

- **OFICINA DE MATERIAIS REUTILIZADOS**

A partir do conhecimento obtido com a implantação da coleta seletiva, foi desenvolvida uma oficina, para que pudessem perceber tudo quanto pode ser produzido com resíduos reutilizáveis. No desenvolvimento dessa atividade, contamos com a colaboração da Arte-educadora Vera Benevides, que é funcionária do Centro há quinze anos, e foi ela que idealizou e colocou em prática a oficina de artes do SUVAG. Essa atividade teve por objetivo mostrar como materiais, que anteriormente eram descartados de maneira indevida, podem ser reutilizados na produção de objetos decorativos e de utensílios para serem utilizados no dia-a-dia do próprio instituto.

Sendo assim, trabalhamos pelo desenvolvimento, neles, a capacidade de cuidar e zelar pelo meio ambiente e, acima de tudo, em um contexto mais amplo, de todos os ambientes que os rodeiam e, nos quais, estão inseridos.

- **BARCO ESCOLA “CHAMA MARÉ”**

Basicamente, foi feita uma avaliação da percepção ambiental dos sujeitos no ambiente em que estávamos. No Barco Escola, foi-lhes atribuída a função de observar o ambiente, com a intenção de que percebessem tudo aquilo que é bonito e o que é feio, e o que foi modificado pela ação humana, proporcionando-os uma visão e uma análise crítica. Sendo assim, puderam perceber como as atividades do cotidiano trazem prejuízo e degradação ao ambiente ou não.

E, assim, buscamos mostrar que atitudes simples, como não jogar lixo no chão, pode permitir a minimização de resíduos lançados em rios, na areia da praia, viabilizando, assim, de maneira surpreendente, a modificação da “cara” do ambiente, de modo a deixá-lo mais limpo e saudável. O interessante foi que, em dado momento da atividade, em uma localidade próxima de uma área de despejo de esgoto “in natura”, eles perceberam a diferença de odores e até mesmo o surgimento da dúvida a respeito da consistência da água naquele local, o qual era diferente dos outros.

## ■ 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem está, constantemente, agindo sobre o meio ambiente, a fim de saciar suas necessidades e desejos. Fica notório que determinadas atitudes e ações prejudicam, e muito, o meio ambiente. É por meio da atuação, coletiva e individual, no funcionamento excludente dos aspectos ambientais, que podemos concluir que não importa a dificuldade e/ou a deficiência, todos podem cooperar para uma melhora do meio ambiente.

Sendo assim, ocorre a quebra de paradigmas, em que determinados grupos sociais, hoje vulneráveis, devido ao modelo social implantado, não podiam ampliar suas ações, estando distanciados da democracia e da cidadania, que lhes garantem o direito de atuarem de igual modo em prol das questões ambientais. Com o desenvolver do trabalho, os alunos puderam perceber que devemos pensar no micro para termos resultados no macro, ou seja, com pequenas atitudes, como, por exemplo, não jogar um papel de bala no chão, podemos sim, e muito, colaborar para a melhora do nosso planeta.

Relativamente aos sujeitos que foram o foco da pesquisa, a intervenção didática ampliou os conhecimentos que eles já possuíam e proporcionou conhecimentos para os que não possuíam informações nessa área. A maior parte dessas informações foi extraída do próprio cotidiano dos mesmos e, também, foi resultante do seu contato com o meio ambiente, onde foram desenvolvidas as atividades.

## ■ REFERÊNCIAS

BAETA, Anna Maria B. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

BORTOLOZZI, A.; PEREZ FILHO, A. Educação ambiental e reconstrução da cidadania. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.6. n.11-12, p. 41-45, jan./dez. 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares Nacionais de 5ª a 8ª: Sobre a Educação e o Meio Ambiente**. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases**. 1996.

\_\_\_\_\_. **Direito à educação.** Subsídios para a Gestão de Sistemas Educacionais: orientações gerais e marcos legal. Brasília: SEESP, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais de 5ª a 8ª:** Geografia. Brasília, 1998. 156 p.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educacional Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994.

CARVALHO, Isabel C. M. **A Invenção do Sujeito Ecológico:** Sentidos e Trajetórias em Educação Ambiental. 2001. 349f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação, Porto Alegre. 2001.

\_\_\_\_\_. **Educação Ambiental:** a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Ano II, n.2, Abr./Jun. 2001. Disponível em: <[http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2\\_n2/revista\\_agroecologia\\_ano2\\_num2\\_parte11\\_artigo.pdf](http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n2/revista_agroecologia_ano2_num2_parte11_artigo.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2008.

DIAS, Genebaldo F. . **Educação Ambiental:** princípios e praticas. 9.ed. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora Gaia, 2004.

GRYNSZPAN, D. Educação em saúde e educação ambiental: uma experiência integrada. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n.2, p. 133-138, 1999.

LOUREIRO, Carlos F. B. et al (Orgs.). **Educação Ambiental:** repensando o espaço da cidadania. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Educação Ambiental e gestão participativa em unidades de conservação.** Rio de Janeiro: Ibase/Edições IBAMA, 2003.

MAGDALENA, B.; COSTA, Í. **Nada do que foi será do jeito que já foi um dia.** Saberes, Jaraguá do Sul: FERJ/SC, 2000.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Por uma escola para todos.** Campinas/SP: LE-PED/Unicamp, [200-]?

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Ser ou Estar, eis a Questão:** explicando o déficit mental. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. Uma Escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. In: MOSQUERA. Juan José Mouriño; STOBÄUS. Claus Dieter (Org.). **Educação Especial:** em direção a Educação Inclusiva. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. P. 27 – 40.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Fundamentos da educação especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.

MERGULÃO, Maria Cornélia; VASAKI, Beatriz Nascimento Gomes. **Educando para a conservação da natureza**: sugestões de atividades em educação ambiental. 2.ed. São Paulo: EDUC, 2002.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Educação Ambiental**: Abordagem múltiplas. Porto Alegre: Editora Artmed, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: MVA, 1997.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.